

SOBRE A VALIDAÇÃO DA PESQUISA CARTOGRÁFICA: ACESSO À EXPERIÊNCIA, CONSISTÊNCIA E PRODUÇÃO DE EFEITOS[★]

Eduardo Passos^{I★★} Virginia Kastrup^{II★★★}

^I Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil

^{II} Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

RESUMO

O texto discute o tema da validação na pesquisa guiada pelo método da cartografia. Define uma diretriz de validação e distingue três indicadores de validação. Propõe que a validação seja realizada em três níveis de avaliação: a autoavaliação realizada pelo próprio pesquisador; a avaliação pelos participantes da pesquisa e a avaliação por pares – o que vem a compor a ideia de uma validação distribuída, já que nenhum dos seus três níveis pode sozinho dar conta da avaliação do processo de investigação. Defende que a validação de uma pesquisa cartográfica se realize ao longo do processo e não apenas ao final da investigação.

Palavras-chave: validação; cartografia; pesquisa-intervenção; pesquisa participativa.

ON THE VALIDATION OF CARTOGRAPHIC RESEARCH:

ACCESS TO EXPERIENCE, CONSISTENCY AND EFFECT

ABSTRACT

The paper discusses the issue of validation in research guided by the method of cartography. It defines a guideline for validation and distinguishes three indicators for validation. It proposes that validation is assessed on three levels of evaluation: researcher's self-assessment, assessment by the research participants and peer review. This process will result in a distributed validation, as none of these three levels alone can account for the evaluation of the research process. Finally the paper argues that the validation of a cartographic research takes place throughout the process rather than just at the end of the investigation.

Keywords: Validation; cartography; intervention research; participatory research.

★ Apoio FAPERJ.

★★ Psicólogo. Possui doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor associado II do departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Endereço: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia. Campus do Gragoatá - Bloco O - sala 310. Gragoatá - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. CEP: 24000-000.
E-mail: e.passos@superig.com.br

★★★ Psicóloga. Possui doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - Paris), e no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM – Paris). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: virginia.kastrup@gmail.com

Validar uma pesquisa, muitas vezes, é entendido como avaliá-la e classificá-la segundo uma suposta unidade e hierarquia do campo científico. Tomar a validação neste sentido cava a distância e cria a separação entre sujeito e objeto do conhecimento, prescreve o não envolvimento do pesquisador com o fenômeno estudado, controla as interações e minimiza as interferências dos cientistas. Estamos assim diante de um ideal de inteligibilidade que defende a neutralidade de um “cientista desinteressado que deixa entidades completamente mudas e não interferidas percorrerem automaticamente sequências de comportamento” (LATOURET, 2007, p. 51). Neste contexto, o problema da validade de uma pesquisa é identificado com o da correspondência entre o conhecimento produzido e o objeto estudado. O critério da correspondência vigora de modo explícito ou implícito e é apoiado no entendimento do conhecimento como representação da realidade. Trata-se de uma concepção de ciência baseada em normas e procedimentos cuja tônica incide sobre o controle de variáveis. O que ela visa é a verificabilidade ou a refutabilidade dos resultados da pesquisa, que são duas faces da validação no contexto do modelo da representação (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008).

Dado que o método da cartografia entende o conhecimento como invenção e considera que a pesquisa é sempre intervenção, qual seria o sentido de dedicar uma de suas pistas ao problema da validação? No contexto do método da cartografia, não seria a validação um falso problema? Como atestar a validade de pesquisas que visam a acompanhar processos, mais do que a descrever estados de coisas; que investigam produção de subjetividades e processos de individuação que nunca se concluem nos limites estritos das formas individuadas; que objetivam mapear o coletivo de forças que está na gênese das formas dos fenômenos estudados; que conhecem porque interferem e transformam a realidade? Não seria a cartografia um método de pesquisa refratário a qualquer critério ou parâmetro que evoque a ideia de validação?

Todas essas interrogações guardam certo grau de pertinência. Todavia, não podemos deixar de reconhecer que os estudos baseados no método da cartografia não revelam sempre o mesmo rigor. Existem cartografias realizadas de modo mais ou menos rigoroso. Em outras palavras, a mera declaração de adesão ao método da cartografia não garante que uma pesquisa seja boa, da mesma forma que a utilização do método experimental não assegura a qualidade de um estudo e tampouco o torna, de saída, destituído de interesse e pertinência. Em suma, quando a cartografia é eleita como estratégia investigativa, o rigor não é, de modo algum, garantido pela mera afirmação de que se pratica este método. Daí a necessidade de podermos realizar a avaliação do processo da pesquisa, considerando suas diferentes etapas, desde a formulação de seu problema aos efeitos discursivos e não discursivos que derivam do ato da investigação. Validar uma pesquisa cartográfica é avaliar suas avaliações, isto é, confirmar ou corroborar tanto os procedimentos e seus efeitos, quanto as diretrizes com as quais a pesquisa se orienta. Se a validação é uma avaliação da pesquisa realizada, ela deve partir da orientação ou diretriz do trabalho de investigação. São essas diretrizes que devem ser avaliadas, seja enquanto perspectiva de apreciação da realidade, seja como direção da investigação. Que diretriz nos orienta em uma pesquisa? Realizamos a diretriz? Como

a realizamos? O que resulta dessa orientação? Essas são perguntas de validação que fazem a crítica do conhecimento, assentando-se em princípios de avaliação não abstratos, desencarnados e puramente racionais. Na cartografia, validamos uma pesquisa avaliando sua atitude interessada pela dimensão genética e processual da realidade que investiga. Mas não podemos fazer isso sem considerar o próprio processo da investigação. Validar, nesse sentido, é fazer avaliação crítica das diretrizes, indagando acerca de sua origem e de seus interesses, assim como fazer avaliação do processo da pesquisa. Não há fundamento último que nos garanta um critério de validação independente do que vale para os pesquisadores e do que vale para os pesquisados. É no plano comum que reúne os participantes da pesquisa que podemos encontrar as diretrizes que orientam a investigação. A validação da pesquisa pressupõe, portanto, a retomada desse plano e não só dos “resultados” finais da pesquisa.

Buscando enfrentar o delicado problema da validação, apresentamos aqui algumas ideias que, esperamos, possam concorrer para qualificar ainda mais os estudos pautados na prática da cartografia. Propomos, então, que existe uma diretriz – o acesso ao plano coletivo de forças – que deve orientar e atravessar todo o processo de validação da pesquisa cartográfica. É imprescindível perguntar: A investigação vai além das formas constituídas? O plano coletivo de forças moventes foi acessado? Sem indicadores de que houve tal acesso, nenhuma pesquisa pode ser dita cartográfica. Em seguida, sugerimos três indicadores para a validação: o acesso à experiência, a consistência cartográfica e a produção de efeitos. Ao longo da discussão dos três indicadores, propomos que a validação seja realizada em três níveis de avaliação – a autoavaliação realizada pelo próprio pesquisador, a avaliação pelos participantes da pesquisa e a avaliação por pares – o que vem a compor a ideia de uma validação distribuída. Dizemos que a validação é distribuída porque nenhum dos seus três níveis pode sozinho dar conta da avaliação do processo de investigação. Por outro lado, não se pressupõe que a validação de uma pesquisa cartográfica se realize apenas ao final da investigação e de maneira definitiva, como seria se fosse privilegiada a avaliação de seus produtos. A validação se realiza em três níveis, ao longo do processo da investigação e contando com o que para além desse processo advém como os seus efeitos.

Além das ideias seminais de Deleuze e Guattari, tomamos como intercessores Francisco Varela, Claire Petitmengin e Michel Bitbol para a proposição de uma concepção de validação que não se apoie na noção de correspondência do conhecimento com o fenômeno estudado. Bruno Latour, Isabelle Stengers e Vinciane Despret também comparecem como intercessores, pela discussão que vêm desenvolvendo sobre a ciência em ação e sua dimensão política.

Nessa direção, Latour (2007) destaca algumas características da epistemologia política de Stengers-Despret e que nos servem aqui de guia. A primeira é que não há uma forma geral de definição da cientificidade ou falseabilidade do enunciado científico. É fundamental distinguir a ciência boa da má, ou o que é científico do que não é, mas não há forma de fazer estas distinções de uma vez por todas. A segunda é que o conhecimento científico se define por ser interessante, isto é, não redundante ou tautológico. “Fecundidade, produtividade, riqueza,

originalidade são características fundamentais de uma boa articulação. ‘Chato’, ‘repetitivo’, ‘redundante’, ‘deselegante’, ‘meramente correto’, ‘estéril’, são adjetivos que designam uma má articulação” (LATOURE, 2007, p. 49). A terceira é que a ciência se define pelo risco que corre, “requalificando” suas questões pelas entidades alvo da experimentação. A ciência deve poder falsear não só a instância empírica da teoria, mas também a teoria, seu método e técnicas. Outro ponto de destaque é que se o risco de uma boa articulação é índice de cientificidade, as pesquisas científicas maximizam a recalcitrância dos seus objetos. Segundo Latour (2007), diferentemente do que propõe Popper, o princípio de falsificação de Stengers-Despret corta por dentro a ciência, no lugar de estabelecer o corte entre a ciência e a não ciência. Ressalta, ainda, que a ciência não se define pela distância entre sujeito e objeto nem pela empatia entre eles, pois tanto a distância quanto a empatia podem ou não facilitar que o fenômeno investigado coloque suas próprias questões. Destaca, também, que as ciências são compostas por proposições cada vez mais articuladas, que levam a generalizações, entendidas aqui como capacidade de relacionar fenômenos muito diferentes, criando o reconhecimento de novas diferenças ainda não identificadas. Por fim, sublinha que, quer se trate de pesquisa com humanos ou com não humanos, a ciência deve garantir o máximo possível de “disputabilidade”, isto é, recusar a “aura de indisputabilidade” que confere às práticas científicas a última palavra. Nos termos de Latour (2007, p. 55), a “tarefa de compor o mundo comum não foi prematuramente simplificada”, isto é, as proposições científicas devem se articular de maneira ampla, seguindo a complexidade do “multiverso”, para usarmos a expressão valorizada por esses autores na leitura que fazem de W. James.

UMA DIRETRIZ PARA A VALIDAÇÃO: O ACESSO AO PLANO COLETIVO DE FORÇAS

O acesso ao plano coletivo de forças é a diretriz de validação da pesquisa cartográfica. Tal diretriz atravessa o desenho do campo problemático, o manejo com os dispositivos de produção e de análise de dados, a criação teórico-conceitual e os efeitos de intervenção, bem como a política de escrita ou da narrativa. O que se deve verificar é se tais etapas da pesquisa são direcionadas e orientadas para e pelo plano de forças que a cartografia visa acessar. Para isso, o pesquisador deve aprender a habitar o campo com a atenção concentrada e aberta, desenvolvendo uma política cognitiva inventiva (KASTRUP, 2009; KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008).

Quando praticamos a cartografia não partimos de problemas dados, mas operamos o desenho do campo problemático. Segundo Bergson (2006) as categorias de falso e verdadeiro não se aplicam apenas às soluções, mas concernem, sobretudo, aos problemas. Há verdadeiros e falsos problemas, bem como problemas bem e mal colocados. Um verdadeiro problema é aquele que é colocado do ponto de vista da duração (DELEUZE, 1991). A ideia se aplica perfeitamente à cartografia. Quando iniciamos uma pesquisa, nem sempre o problema da duração do objeto, ou seja, a sua dimensão processual de transformação e de produção da subjetividade está bem definida, ganhando clareza durante a investigação. Também não é raro que durante uma pesquisa cartográfica tenhamos a impressão de

que perdemos o rumo e de que nos afastamos do foco e dos objetivos iniciais. O problema definido inicialmente parece distante ou pouco relevante e novos acontecimentos ganham a cena principal da investigação. Quando elementos imprevistos insistem e ganham espaço, o pesquisador deve acatá-los, sem se manter aferrado ao problema inicialmente formulado. Este deve, então, ser redesenhado, fazendo valer a inversão, proposta pela cartografia, do sentido tradicional de método: um hodos-meta, isto é, o método da cartografia dá primado ao caminho da investigação, ao seu processo, e não às metas preestabelecidas a serem alcançadas. No entanto, deve-se ter clareza do quanto a operação de problematização é de importância fundamental, mas também envolve riscos. A problematização sucessiva e incessante, que impossibilita qualquer encaminhamento de solução, pode ser estéril. Uma linha de fuga do pensamento problematizador pode funcionar como linha de abolição, conspirando contra a realização da investigação e despotencializando seus efeitos de intervenção.

Há múltiplas maneiras de avaliar o desenho do campo problemático. É pertinente perguntar: Trata-se de um verdadeiro problema? O problema foi bem colocado? Foi levada em consideração a dimensão processual da investigação? Considerou-se a deriva a que se lançam tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento na experiência da pesquisa? No estudo da experiência subjetiva foi acessado o seu plano de produção, isto é, o processo de produção de subjetividade? Que agenciamentos e articulações do objeto em questão foram incorporadas à investigação? Foram analisadas as implicações do pesquisador na formulação do problema? Houve redesenho do campo problemático? Houve ampliação dos agenciamentos e articulações? Outras perderam destaque? Foi contemplada a heterogeneidade dos vetores de força que fazem parte desse rizoma? Foram incluídas as articulações entre humanos e não humanos? De onde partiram os vetores que interferiram na redefinição do campo? Foram definidos os acontecimentos que alteraram o rumo da investigação? Qual o ganho do novo desenho?

Na pesquisa cartográfica, seu caráter de intervenção sobre a realidade faz com que tenhamos que redefinir o sentido habitualmente atribuído ao procedimento metodológico de coleta de dados. Preferimos, então, o termo “colheita de dados” para afirmar o caráter mais de produção do que de representação do mundo conhecido. A pesquisa colhe dados porque não só descreve, mas sobretudo acompanha, processos de produção da realidade investigada. Em uma entrevista, por exemplo, o participante da pesquisa não é tomado como um informante de quem se extrai os dados a serem analisados para a solução de um problema. Entre pesquisador e participante a relação não é de transmissão de informação, mas de acesso à experiência singular do entrevistado que se atualiza na situação da entrevista. A entrevista torna-se um instrumento que permite acessar processos e atos, mais do que objetos supostamente dados. O entrevistador colhe e acolhe a experiência (RENAULT; PASSOS; EIRADO, no prelo). Tal colheita exige uma posição do pesquisador diferente do sobrevoio do objeto, na pressuposição de neutralidade e não implicação com o conhecimento produzido. Para a cartografia todo conhecimento é implicado, como afirmou R. Lourau (1988, 2004a, 2004b). Sem a distância suposta para a objetividade científica, a pesquisa cartográfica en-

tende o conhecimento como produção da realidade e a pesquisa como um mergulho no plano da experiência no qual emergem o si e o mundo, aquele que conhece e aquele ou aquilo que é conhecido. Conhecer é fazer, é ato de produção ou de *poiesis*, para retomarmos a expressão da biologia do conhecimento de Maturana e Varela (1989, 1990; Maturana, 1980). Nesse ato, os polos da relação cognoscente coemergem como um duplo efeito da experiência do conhecimento que, por isso mesmo, não tem fundamento nem na “objetividade” da realidade investigada nem na “subjetividade” do pesquisador. Colhe-se dados porque se cultiva a realidade no ato de conhecê-la. Nesse sentido, a validação da pesquisa cartográfica se faz pela explicitação das formas de manejo com os dispositivos de colheita de dados. Como esses dispositivos são manejados?

Os dispositivos de produção de dados envolvem diferentes instrumentos de colheita tais como a observação participante, os grupos focais, os grupos de intervenção e as entrevistas, bem como os meios de registro: gravações, transcrições e diários de campo. Há diversos modos de avaliar os dispositivos de produção de dados. É oportuno perguntar: Como foi feita a pesquisa de campo? Foi descrito o manejo com os dispositivos da pesquisa? Houve habitação do território da pesquisa? Práticas institucionais foram alçadas à categoria de dispositivos da pesquisa? Que dispositivos foram criados especificamente para a pesquisa? O que moveu tal criação? Os participantes estavam cientes do problema da pesquisa? Para além da leitura formal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, exigido pelo Comitê de Ética, foram criadas estratégias de produção de engajamento dos participantes? O engajamento durou todo o processo da pesquisa? Passou por modulações, por altos e baixos?

Quanto às estratégias de análise de dados, sua validação é um desdobramento do procedimento de análise na pesquisa cartográfica. Para a validação de uma cartografia é importante perguntar não só quais são os instrumentos de análise empregados na investigação como também quem analisa, a fim de avaliar o grau de abertura comunicacional entre os sujeitos implicados nesse processo: aqueles na posição de participantes e aqueles na posição de pesquisadores. Validar a análise implica, portanto, ampliar o escopo da análise ela mesma de modo a fazê-la dobrar-se sobre si e incluir os diferentes interesses envolvidos na pesquisa. A cartografia é pesquisa-intervenção e participativa, já que assume o protagonismo do “objeto”.¹ Nesse sentido, é preciso incluir o “objeto” no procedimento de análise dos dados, recusando, assim, o seu anonimato. Analisar torna-se, portanto, um trabalho participativo que inclui o que inicialmente não estava no horizonte inicial da pesquisa. O “objeto” torna-se protagonista na medida em que indica o que deve ser considerado como categorias de análise e núcleos argumentais que selecionam e organizam os dados da pesquisa.

Em uma pesquisa no campo da saúde mental (CAMPOS et al., 2008), realizamos avaliação participativa dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Campinas/SP, incluindo os diferentes sujeitos envolvidos na rede de saúde mental da cidade. A garantia que a participação coletiva se fizesse por meio do protagonismo dos sujeitos não foi apenas a inclusão de diversos grupos de interesse, mas sim o modo como a avaliação era conduzida: o manejo dos dispositivos

de avaliação participativa. Esse manejo visava não reproduzir a hierarquização e fragmentação dos processos de trabalho nem a postura pedagógica ou tutelar comumente presente nas pesquisas com portadores de transtorno mental. A inclusão dos diferentes sujeitos – usuários, familiares, trabalhadores dos CAPS, gerentes dos serviços, membros do colegiado gestor de saúde mental, pesquisadores das universidades envolvidas – objetivava a transversalização dos processos avaliativos, de forma a garantir que diferenças e divergências pudessem produzir tensões e problematizações necessárias à transformação do sistema em avaliação. Guattari (2004) definiu, em 1964, o conceito de transversalidade como o coeficiente de abertura comunicacional intra e inter-grupos. Com esse conceito a prática de análise desestabiliza os eixos vertical (hierarquização) e horizontal (corporativismo) da organização da comunicação nas instituições, possibilitando a inclusão, no campo de análise, da própria instituição da análise e de seus dispositivos. Há, então, uma ampliação do campo de análise por meio de práticas de atravessamento, conexões e desmanchamento incessante de territórios cristalizados.

Nessa pesquisa, o processo de avaliação se produziu num plano em que as diferentes forças puderam ser confrontadas sem estarem submetidas a uma organização vertical e hierarquizante, provocando um reposicionamento dos usuários, familiares e trabalhadores, que se deslocavam da posição preestabelecida de avaliados para serem também, eles mesmos, protagonistas e corresponsáveis pelo processo de análise da rede de saúde mental da cidade. Para tal, foi necessária a criação de dispositivos de participação na análise como o comitê de pesquisa composto por trabalhadores dos diferentes CAPS da cidade, grupos focais e oficinas. Nos grupos focais com trabalhadores, usuários, gestores e familiares foram identificadas questões que estavam sob o foco inicial da investigação, assim como o que se mantinha como o fora-foco do enunciado desses grupos e do projeto de pesquisa. Em uma segunda rodada dos grupos focais era devolvida ao grupo a narrativa construída com o que foi identificado no foco e fora dele. A discussão gerada com a devolução da narrativa do grupo ao grupo produzia um segundo plano discursivo de onde eram extraídos núcleos argumentais que foram tomados como concentrados das questões analisadas coletivamente, guardando a heterogeneidade, consistência e ampliação que o campo problemático de investigação ganhou até aquele momento. Os núcleos argumentais foram, finalmente, usados como conteúdos para oficinas de análise dos dados em que participaram os diferentes grupos de interesse da pesquisa.

Os dispositivos de análise indicam o privilégio na metodologia cartográfica do trabalho com grupos (BENEVIDES DE BARROS, 2007) e o manejo da situação grupal na perspectiva participativa. Daí a pertinência, para a validação da pesquisa, das perguntas: Como inicialmente se desenha na pesquisa a proposta grupal? Como os pesquisadores manejam com o grupo e com o que emerge dos grupos? Como o processo grupal produz e trabalha os indicadores e dispositivos avaliativos?

A análise deixa de ser uma interpretação dos dados para ampliar-se no sentido da crítica à pesquisa ela mesma: não só em termos de refutação de suas hipóteses iniciais, mas também crítica aos seus pressupostos, à formulação do campo problemático, ao seu desenho metodológico e às articulações estabeleci-

das entre sujeitos (pesquisadores, participantes e demais grupos de interesse da pesquisa) e coisas (objetos técnicos, estabelecimentos, recursos materiais). Ampliar a análise significa, portanto, por-se em análise ou identificar os analisadores na/da pesquisa. Além disso, a análise ampliada não mais pode se confundir com esse sentido químico do termo, isto é, analisar para chegar ao simples e nele encontrar a causa ou determinante último do fenômeno investigado. Ao contrário, a análise opera pela ampliação dos determinantes, pela sua multiplicação em uma rede heterogênea de sentidos concorrentes e que compõem o campo de forças na base da experiência investigada.

Validar as estratégias de análise de uma pesquisa cartográfica nos leva, portanto, a perguntar acerca de seu funcionamento participativo; do estabelecimento de um plano comum com os participantes e outros grupos de interesse da pesquisa; da sua capacidade de reformulação do problema, pressupostos e desenho metodológico; dos analisadores emergentes no processo da pesquisa e de seu uso; dos efeitos produzidos pela análise ampliada; dos interesses gerados pelo processo de investigação.

No que se refere à criação teórico-conceitual e de intervenção, esta pode ser avaliada pela originalidade do trabalho em termos dos conceitos, das práticas e das estratégias emergentes nos diferentes domínios: clínica, saúde, escola, comunidades, deficiências etc. As conclusões não devem ser totalmente previsíveis nem uma mera aplicação das idéias dos autores com quem trabalhamos. Não devemos nos contentar em navegar somente em mares seguros, trilhando apenas caminhos previamente percorridos. Devemos criar os conceitos que se revelem necessários ao nosso campo de investigação, acatando ideias que nos forcem a pensar e enfrentando os riscos que todo processo de criação envolve. Um conceito ganha importância e concorre para a validação quando se revela uma ferramenta que permite reunir e articular fenômenos que, em princípio, pareciam dispersos e sem relação entre si. Um conceito é novo e forte quando cria diferenciação, mudando nossa forma de perceber e entender os fenômenos, possuindo assim um *quantum* de intervenção. Uma boa argumentação, fundada em conceitos criados por se mostrarem necessários para a percepção e o entendimento, confere qualidade a um trabalho de pesquisa.

Há numerosas maneiras de avaliar a criação teórico-conceitual e de intervenção de uma pesquisa cartográfica. Algumas perguntas que se colocam são: a argumentação do texto seguiu um caminho original ou houve apenas revisão e reprodução de conceitos? O texto pode ser considerado simples aplicação de uma teoria a um campo específico? A singularidade do campo levou a formulações originais? Houve desenvolvimento teórico? Houve criação de conceitos? A pesquisa experimentou novas estratégias de intervenção?

A estratégia de escrita ou política da narratividade (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2009a) deve ser coerente com a própria política de pesquisa. Na pesquisa-intervenção e nos estudos dos processos de produção de subjetividade estamos sempre às voltas com narrativas. Os dados colhidos indicam maneiras de narrar tanto dos participantes quanto do pesquisador. A narrativa da pesquisa

apresenta os dados, sua análise e as conclusões segundo certa atitude narrativa. Uma atitude é aquela que busca a redundância entre o fenômeno estudado e o seu fundo estrutural. O fenômeno, assim, é narrado como uma forma, com seus limites precisos, com o seu sentido determinado por invariantes estruturais. O fenômeno é sempre o caso de um padrão. Outra atitude narrativa é aquela da desmontagem da unidade do fenômeno. O caso molar se moleculariza. Sua forma identitária dá lugar às forças que o compõem. A narrativa do caso é, nesse sentido, a expressão de um *devoir* ou o processo de produção do fenômeno.

A escrita inventiva deve incluir não apenas os resultados finais que se mostraram favoráveis e representáveis, mas também o avesso da pesquisa, com as dificuldades e eventuais tensões e conflitos, bem como os enigmas e os problemas que restam em aberto. As aberturas de um trabalho de pesquisa sugerem linhas de continuidade a serem seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. É em grande parte através do texto que um novo problema ou uma nova abordagem dos problemas pode se propagar e produzir efeitos de intervenção num campo de pesquisa.

São muitas as formas de avaliar a política de narratividade de um texto. Podemos perguntar: houve uma narrativa processual da investigação? O texto limitou-se ao plano da representação ou foi possível acessar o seu avesso? A narrativa acessa o plano de forças de composição dos “objetos” investigados? Há menção a pontos em aberto? Enigmas? Ambiguidades? Os diferentes atores comparecem com suas próprias percepções e narrativas? O texto é polifônico, no sentido de incorporar múltiplas vozes e perspectivas? A narrativa expressa a desmontagem da forma identitária do “objeto”? O texto deve portar tais perspectivas, bem como trazê-las de modo claro e elegante, sensibilizando o leitor e convidando-o para um mergulho na experiência da pesquisa. Nunca é demais lembrar que o texto da pesquisa cartográfica deve evitar dois extremos: o relatório de pesquisa supostamente neutro e desprovido de afeto, e também o diário íntimo, de tom excessivamente impressionista e sem a preocupação com o fato de que todo texto é lido por alguém, que não é necessariamente um cúmplice, parceiro ou conhecedor das obras que nos servem de referência.

Em resumo, a presença do plano rizomático e coletivo de forças atravessa todos os momentos da investigação, indo do desenho do campo problemático à escrita do texto. Seguindo essa diretriz, o problema da validade de uma pesquisa dá lugar ao problema da validação, envolvendo os diferentes momentos do processo. Tal validação é realizada pelos pesquisadores e participantes, que acompanham e avaliam o andamento do trabalho, fazendo da validação um processo contínuo, bem como pelos pareceristas *ad hoc*, que trabalham basicamente sobre os textos e relatórios da pesquisa. Note-se que não falamos aqui em avaliadores internos e externos, considerando que há uma inevitável interioridade e uma indispensável exterioridade no trabalho de todos os avaliadores.

TRÊS INDICADORES DA VALIDAÇÃO

Sem pretender esgotar o problema, sugerimos três indicadores de validação de uma pesquisa cartográfica: o acesso à experiência, a consistência e a produção de efeitos. Se para certa perspectiva da ciência a suposta correspondência com a realidade ficaria comprometida pela distorção e pela falta de controle das variáveis, os inimigos da validação de uma pesquisa cartográfica são o conhecimento abstrato, a vulnerabilidade da investigação e a perpetuação de antigas práticas e representações cristalizadas.

Um indicador importante para a validação da pesquisa cartográfica é o acesso à experiência em sua dupla dimensão: de “experiência de vida” e de experiência pré-refletida. A primeira inclui os processos motivacionais, as emoções e as reflexões sobre as vivências do sujeito. A segunda dimensão é a da experiência aquém da reflexão consciente e que tem o sentido ontológico de plano de coemergência de si e do mundo. São duas dimensões não excludentes da experiência, pois as experiências de vida são inseparáveis da experiência como plano de coemergência de si e de mundo. A pesquisa cartográfica não deixa de considerar as representações vividas, sua estrutura e funcionalidade, no entanto, a ênfase é dada ao plano de produção ou dinâmica de realização dessa mesma experiência, investigando o surgimento de sujeito e do mundo na experiência tomada em sua dimensão pré-refletida (EIRADO et al., 2010).

Para discutirmos o acesso à experiência como indicador de validação são importantes as indicações de Petitmengin e Bitbol (2009) ao discutirem o problema da validação no campo das ciências cognitivas que utilizam metodologias de primeira pessoa (VARELA; SCHEAR, 2002). Tratando da investigação do conhecimento em sua dimensão de experiência e apontando, para isso, a necessidade dos métodos de primeira pessoa, Petitmengin e Bitbol constroem uma parte de sua argumentação respondendo às críticas que foram dirigidas à psicologia do séc. XIX, que tinha como objeto a experiência imediata e como método a introspecção. Os autores afirmam que a crítica oriunda do positivismo e seguida pelos psicólogos behavioristas, que acabam decidindo pela exclusividade dos métodos de terceira pessoa, foi baseada num conhecimento muito limitado do processo de introspecção e numa concepção ingênua do que seria a objetividade científica, pautada na noção de correspondência. Enumeram, então, as críticas mais frequentes dirigidas ao método da introspecção que, reunidas, servem de pano de fundo para sustentar a ideia de que todo estudo da experiência e da subjetividade seria inevitavelmente carregado de subjetivismo. São elas: o erro do estímulo (o *gap* entre o estímulo e a experiência do estímulo), a impossível separação sujeito-objeto e as distorções da autoobservação, a coincidência temporal entre o observar e o observado, a interpretação do sujeito, a dificuldade de verbalizar, a impossibilidade de acesso à dimensão pré-refletida da experiência e, enfim, a não verificabilidade dos resultados (confirmação intersubjetiva). Não cabe aqui fazer uma apresentação detalhada de tais críticas, mas retornaremos a algumas delas ao longo de nossa argumentação. Cabe apenas apontar que tais críticas são pautadas em dois pontos: o caráter privado da experiência e sua singularidade. Se

a experiência é privada, ela só é acessível ao próprio sujeito e a mais ninguém. Se a experiência é singular, ela não pode ser repetida e, portanto, o estudo não pode ser replicado. Por esses dois motivos, a acurácia da descrição não poderia ser verificada nem tampouco falsificada. Nesse caso, os métodos de estudo da experiência não poderiam ter seus resultados validados.

1. O ACESSO À EXPERIÊNCIA CONCRETA

As metodologias de primeira pessoa desenvolvidas pelas ciências cognitivas de vertente fenomenológica (VARELA; SCHEAR, 2002; VERMERSCH, 2000) são largamente compatíveis com as pesquisas cartográficas (KASTRUP, 2008). Um dos pontos que aproxima tais métodos é a crítica do entendimento do conhecimento como representação.² No domínio das ciências cognitivas, Varela, Thompson e Rosch (2003) defendem o conhecimento como enação, trazendo à cena tanto a dimensão de corporificação do conhecimento quanto a de invenção de mundo. No contexto dos estudos da produção da subjetividade Deleuze e Guattari ergueram também uma crítica ferrenha ao modelo do conhecimento como representação (DELEUZE, 1974; 1988; DELEUZE; GUATTARI, 1995). Como procuramos demonstrar (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008) tais posições configuram não apenas uma posição teórica ou epistemológica, mas definem uma política cognitiva, seja da representação, seja da criação. A mais importante distinção é entre esses dois modos de estar no mundo, de estabelecer relação consigo e com a própria atividade de conhecer. O conceito de política cognitiva indica que o conhecer envolve uma posição em relação ao mundo e a si mesmo, uma atitude, um *ethos*. Sendo assim, a prática de um método é indissociável do problema da política cognitiva, que configura certa maneira de fazer pesquisa, de habitar um território e de se colocar na relação de conhecimento.

Segundo Petitmengin e Bitbol (2009), o problema da introspecção é a investigação da experiência em sua dimensão performativa, genética e pré-refletida. Tal orientação se alia ao interesse da cartografia. Temos acesso a tal dimensão quando dissolvemos os pontos de vista daquele que pesquisa e daquele que é pesquisado. O cartógrafo se interessa por acompanhar a experiência que performatiza, dada sua força de pôr a realidade e fazer co-emergir eu/mundo. Como dissemos em outro lugar:

a posição paradoxal do cartógrafo corresponde à possibilidade de habitar a experiência sem estar amarrado a nenhum ponto de vista e, por isso, sua tarefa principal é dissolver o ponto de vista do observador sem, no entanto, anular a observação” (PASSOS; EIRADO, 2009, p. 123).

A experiência surge aqui em sua dimensão impessoal, sem se caracterizar como a experiência de um sujeito.

A ênfase recai, tanto em Varela, Shear, Petitmengin e Bitbol, quanto em Deleuze e Guattari, na investigação de experiências em sua dimensão processual e *poiética*. Insistimos que, no contexto da cartografia, o problema da validação

vai além da verificação de resultados, mas abarca todo o processo de investigação. No caso, a questão não é o que foi apresentado como resultado, mas como ele foi construído e sua forma configurada. Em outras palavras, o processo de validação diz respeito à experiência dinâmica da pesquisa que concorreu para a emergência de certos resultados. A ideia é que o texto da pesquisa é, em última análise, a narrativa de sua própria experiência.

Como a representação não é apenas um modelo teórico, mas uma política cognitiva construída e largamente sedimentada, não é fácil, enquanto pesquisadores, nos livrarmos dela. Os pressupostos da preexistência de um sujeito cognoscente e de um mundo dado que se dá a conhecer são muitas vezes tão enraizados em nós que se confundem com uma atitude natural. Com os participantes da pesquisa a dificuldade não é menor. Petitmengin e Bitbol (2009) afirmam que deve haver um aprendizado para a conquista de uma familiaridade (*aquaintance*) com a experiência.

O que se coloca como horizonte, e mesmo como desafio, não é o conhecimento “sobre” a experiência, mas um conhecimento que seja capaz de entrar em contato direto com a experiência. O que se visa não é falar da experiência, mas falar de dentro dela. Em outras palavras, deixar falar a experiência que nos atravessa. Não se trata de observação no sentido tradicional – um sujeito observa um objeto – nem de reflexão intelectual. Não se espera uma consciência metapositionada nem uma consciência que, por meio de métodos e estratégias de controle, se desdobre em consciência observadora e consciência observada. No lugar do controle, o contato. E, paradoxalmente, é aí que se encontram todas as dificuldades.

A entrevista de explicitação (VERMERSCH, 2000) é uma das técnicas utilizadas para acessar a dimensão performativa, genética e pré-refletida da experiência. Vermersch enumera alguns indicadores de que tal dimensão foi atingida, tais como: como direção dos olhos, o fluxo da fala, o tempo verbal presente e os silêncios intercalados, entre outros. Tais indicadores servem ao pesquisador como procedimentos de autoavaliação. Outras estratégias e dispositivos vão por certo pedir outros indicadores.

A autoavaliação contínua e permanente requer um olhar e uma escuta, ou melhor, todo um corpo sensível a novos problemas trazidos pelos participantes da pesquisa. Numa de nossas pesquisas, onde o objetivo era investigar o funcionamento da atenção de pessoas com cegueira adquirida durante o processo de criação numa oficina de cerâmica, a utilização da entrevista de explicitação produziu um efeito curioso. A técnica da entrevista consiste na escolha de uma experiência de referência, na qual o entrevistado deve mergulhar, guiado pelo entrevistador. No caso, tratava-se de escolher uma peça de cerâmica criada por eles e, a partir daí, buscar explicitar os gestos cognitivos e atencionais que estiveram em jogo no processo. O trabalho sobre a experiência de referência é um ponto chave da entrevista, pois garante o apoio no concreto e evita a fala abstrata sobre conhecimentos genéricos ou meras informações desencarnadas. No entanto, antes que tivéssemos cumprido a etapa de eleger a experiência de referência, os participantes insistiam em contar como eles haviam perdido a visão, as dificuldades enfrentadas e o papel da oficina de cerâmica na sua vida atual. Quase todos os participantes

pareciam mais interessados em falar desse problema do que do funcionamento da atenção, que era proposto por nós. Isso, em princípio, nos pareceu um problema, já que sabemos que a participação na pesquisa requer que se aceite “jogar o jogo”, considerando-o digno de interesse. Só este engajamento possibilita a necessária entrega envolvida no mergulho na experiência, tal como requer a cartografia. Não vendo outra saída senão acolher suas falas sobre cegueira e cerâmica, pudemos perceber que tínhamos em mãos um novo problema: o da produção da subjetividade com a prática da cerâmica. A investigação do problema, que não fazia parte dos objetivos iniciais, acabou ganhando uma importância inesperada, revelando de modo bastante evidente que o processo de produção das peças era indissociável de um processo de autoprodução, fazendo dos participantes a principal obra de arte da oficina de cerâmica (KASTRUP, 2007, 2008).

Nesta mesma pesquisa, outro problema surgiu e se impôs à nossa investigação. No caso, foram os estagiários da equipe que forçaram a ampliação do foco inicial. Numa pesquisa sobre atenção de pessoas cegas, não era incomum que nas reuniões de supervisão surgissem perguntas dos estagiários quanto ao direcionamento de sua atenção na oficina de cerâmica. A demanda era grande: Naquela sala tão grande, onde acontece tanta coisa ao mesmo tempo, a que devo prestar atenção? Devo me concentrar num pequeno grupo, que costuma sentar junto na mesma mesa? Devo passar de mesa em mesa, distribuindo a atenção por todos os aprendizes? Ou seria melhor que cada estagiário acompanhasse o trabalho de um só participante? Por certo não havia respostas prontas a serem fornecidas. No entanto, o problema revelou-se tão premente que acabou exigindo uma investigação paralela sobre o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo.

Ainda no que tange à questão da validação que vem na fala dos participantes, vale lembrar um caso em que houve tanto o engajamento quanto a recalcitrância. Em certa ocasião, convidamos um homem para uma entrevista sobre imagens mentais de pessoas cegas precoces. Nos momentos preliminares, explicamos o objetivo da pesquisa e fizemos a proposta de falarmos sobre um sonho e uma lembrança da sua escolha. Ele mostrou-se bastante interessado pelo tema, afirmou que gostava de participar de nossas pesquisas e disse que sempre que precisássemos poderíamos contar com ele. Por outro lado, relatou que não gostava de participar das pesquisas de outro laboratório, no qual o submetiam a questionários com perguntas que ele normalmente não sabia responder. Disse que já havia discutido com o pesquisador de lá, afirmando que quem havia inventado aqueles questionários nunca havia sido cego e desconhecia seu modo de conhecer. A recalcitrância é notável na sua fala. Ele percebera que a ênfase daqueles testes era na apreensão das deficiências, falhas e déficits. A pesquisa em questão era um caso exemplar do que chamamos de concepção negativa da cegueira, usando uma medida de desempenhos pautada no funcionamento cognitivo do vidente. Por outro lado, no contexto de uma investigação cartográfica, a entrevista de explicitação permitia que ele falasse a partir da experiência da cegueira. E isso produzia engajamento. É mais um caso que evidencia bem que a escolha de um método não é apenas uma questão epistemológica, mas também ética e política.

Os exemplos acima requerem uma observação referente ao problema do acesso direto à experiência. No início, as forças moventes afetam a consciência perceptiva, que está em tese investida por uma atenção concentrada e aberta. Todavia, não é descartada a importância da consciência refletida, que trabalha com a inteligência e funciona como uma segunda consciência. Nunca é demais lembrar que a segunda não deve congelar ou distorcer a primeira. Não deve aplinar as rugosidades nem aparar as pontas soltas da consciência perceptiva mas, ao contrário, intensificá-las, desdobrá-las e ampliá-las.

Tudo isso também deve ser levado em consideração na avaliação pelos pares, quando devem dar um parecer sobre um artigo ou um relatório de pesquisa. Por isso, é muito importante a sintonia do avaliador com essa concepção ampliada e distribuída de validação que apresentamos aqui. Ainda no que concerne à avaliação por pares, é importante que os procedimentos de autoavaliação e de avaliação pelos participantes sejam levados em consideração, pois eles qualificam a pesquisa que resultou no texto em questão. Essa indicação é importante, pois quando abordamos aqui a avaliação por pares não estamos preocupados apenas que pareceristas que desconhecem o método da cartografia possam entender os procedimentos adotados nesse tipo de investigação. Nossa preocupação é também possibilitar que os cartógrafos que assumem a função de pareceristas possam dispor de critérios e indicadores de análise, ao mesmo tempo rigorosos e sintonizados com a política metodológica de investigações de natureza cartográfica.

Validar a pesquisa cartográfica é avaliar os três níveis de acesso à experiência: o do pesquisador, o dos participantes e o dos pares. Dizemos que a pesquisa se apoia na experiência porque, embora o produto da pesquisa submetido à validação não se confunda nem com a experiência investigada nem com a experiência da investigação, ele deve garantir o acesso a elas. Validar uma pesquisa cartográfica pressupõe, portanto, avaliar o acesso à experiência nos três níveis, permitindo responder as perguntas: os participantes mergulham na experiência da pesquisa para avaliá-la? O pesquisador considera a sua experiência parte da avaliação? O texto da pesquisa permite o acesso à experiência da pesquisa por parte dos pares como avaliadores *ad hoc*?

2. A CONSISTÊNCIA CARTOGRÁFICA

A pesquisa cartográfica acompanha processos de produção de realidade de si e do mundo e, nesse sentido, objetiva acessar o plano de forças de “individualização”, na acepção que Gilbert Simondon (1989) dá ao termo. Validar uma pesquisa cartográfica exige que avaliemos o plano de consistência que ela traça, isto é, a rede de articulações entre termos pré-individuais a partir do qual a realidade investigada se apresenta como um efeito. A composição da realidade diz da sua consistência. Deleuze e Guattari (1997) definem plano de consistência com o conceito de agenciamento. O plano de consistência se estabelece a partir do agenciamento entre aqueles termos não formados – dimensão que designam de molecular em sintonia com o que Foucault (1979) nomeia de microfísica. Nesse plano, não há objetos, mas processos de objetivação tampouco nele encontramos sujeitos, mas

processos de produção de subjetividade. Deleuze (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 76) denomina agenciamento o conjunto de singularidades pré-individuais que convergem artificialmente e naturalmente para a produção de determinada realidade. Tal convergência é o que Deleuze e Guattari entendem por consistência.

O conceito de consistência orienta a tarefa de validação ao indicar a importância de avaliarmos os agenciamentos promovidos pela pesquisa. Ao fazermos uma pesquisa efetuamos a comparação e buscamos ressonâncias entre si dos dados colhidos pela pesquisa, e não comparamos os construtos com uma suposta realidade externa. Como apontam Petitmengin e Bitbol (2009) a própria ciência experimental não se baseia em operações de colocar em correspondência a representação e o mundo representado. Um exemplo são as pesquisas com microscópio de raios-X, que não compara os dados obtidos com os objetos eles mesmos, mas com os dados obtidos por outros microscópios. Para a validação de uma pesquisa científica, seja ela experimental ou de outra natureza, os autores propõem o critério de “consistência alargada” ou “consistência performativa”. A consistência é dita “alargada” porque não se limita a uma relação lógica entre fenômenos ou partes de uma teoria, mas considera as intervenções dos pesquisadores e as respostas fornecidas pelos dispositivos de investigação. No exemplo do microscópio, a validade da imagem depende da consistência entre a imagem, as intervenções que ela tornou possível conduzir e as consequências dessas intervenções.

No contexto da cartografia, a consistência envolve uma relação entre a perspectiva teórico-conceitual, a constituição e manejo de dispositivos, a orientação (*guidance*) da produção de dados e os resultados ou efeitos observados. A consistência cartográfica requer também que o fenômeno estudado não seja tomado como uma forma com limites fechados, mas leve em conta seus agenciamentos e articulações com o mundo em seu redor. O caso dos estudos da cognição é bem revelador. Qualquer estudo “cognitivista” que trabalha com uma concepção de cognição purificada de supostos fatores “extracognitivos” levaria a uma vulnerabilidade do trabalho. Afinal, a consistência é proporcional à quantidade e, sobretudo, à qualidade das articulações que conseguimos trazer para a cena da pesquisa.

Entende-se, portanto, que consistência não é correspondência. Abrir mão da ideia de correspondência não pode, todavia, levar o cartógrafo a uma posição idealista ou relativista, que neutralize a força de resistência do objeto às crenças e pressupostos dos pesquisadores. A ciência está sempre interessada por objetos e, nessa medida, pode se constituir como um conhecimento interessante. No entanto, isto só ocorre na medida em que inclui tanto o seu interesse pelo objeto quanto os interesses do próprio objeto. O tema do interesse não pode ser deixado de lado quando estamos às voltas com os indicadores de validação da pesquisa cartográfica. Esse conceito ganha atualmente grande relevância na vertente da epistemologia política de Bruno Latour, Isabelle Stengers e Vinciene Despret. Latour (2007, p. 51) comenta os trabalhos de Stengers e Despret, que tomam a ciência como um sistema de articulação entre diferentes interesses:

um cientista desinteressado que se abstém de interferir com entidades desinteressadas produzirá articulações totalmente

desinteressantes, ou seja, redundantes! O caminho para a ciência implica, pelo contrário, um ou uma cientista apaixonadamente interessado/a, que proporciona ao seu objeto de estudo as ocasiões necessárias para mostrar interesse, e para responder às questões que lhe coloca recorrendo às suas próprias categorias.

Articulação aqui significa a capacidade da ciência de “ser afetada por diferenças” (LATOURET, 2007, p. 43), criando nexos entre termos até então não conectados, construindo ou artificializando o sentido da realidade. “A realidade e a artificialidade são sinônimas, não antônimas. Aprender a ser afetado significa isso mesmo: quanto mais se aprende, mais diferenças existem” (LATOURET, 2007, p. 46).

Stengers e Despret definem também como um dos critérios de cientificidade o cuidado com o “exterior” das ciências. Consequentemente, devemos considerar na validação do conhecimento científico a forma como seus resultados são compatíveis ou incompatíveis com o resto do coletivo. Por coletivo aqui se entenda o multiverso no qual a ciência está implicada, ganhando destaque a posição recalcitrante do objeto de investigação. O caráter participativo e inclusivo da pesquisa cartográfica considera a recalcitrância do objeto como um indicador de consistência. A tomada da palavra por parte do objeto/sujeito é indicador de validação cartográfica.

Fazendo a autoavaliação de modo continuado, não é raro perceber que certos vetores devem ser incluídos na investigação. Por exemplo, o estudo do funcionamento da atenção no processo de criação com a cerâmica exigiu a tomada em consideração de vetores afetivos, técnicos, éticos, políticos e institucionais e, sobretudo, um entendimento do funcionamento do barro, em sua dimensão de matéria movente. A identificação de características como a maleabilidade, a temporalidade lenta e a imprevisibilidade se revelaram centrais para o entendimento do agenciamento que os cegos estabeleciam com ele em seu trabalho na oficina, que concorria para seus efeitos de produção de peças de cerâmica e dos próprios ceramistas, ou seja, de si e do mundo. A entrada em cena do vetor cerâmica, em sua concretude e singularidade, deu consistência à investigação. A avaliação dos participantes ao longo do trabalho também costuma concorrer para a consistência cartográfica. Quando estudamos a deficiência visual o primeiro passo é evitar a ideia, em geral muito difundida, de que existiria algo como “o cego”. Penetrando nesse domínio de pesquisa, logo percebemos que existem múltiplas formas de ver e não ver, dependendo de tratar-se de cegueira ou baixa visão, cegueira congênita, precoce ou tardia. As diferentes configurações que a deficiência visual assume dependem não apenas de constrangimentos biológicos, mas de articulações com instituições de ensino, de cuidado, dispositivos técnicos e muitos outros fatores. Não é possível fazer pesquisa na área sem que esses vetores sejam levados em consideração. O entendimento dos deficientes visuais como constituintes de um grupo heterogêneo aparece com frequência na fala dos participantes, servindo como um antídoto para as possíveis recaídas do cartógrafo na política cognitiva que tende a produzir um conhecimento generalizante e homogeneizante sobre a cognição de pessoas cegas.

Em dois momentos que valem ser evocados aqui, tivemos nosso trabalho submetido a avaliadores cegos. Não foram casos de avaliação cega (ou seja, o avaliador sabia quem era o autor do texto) – que não poderiam ser narrados aqui – mas entram com certeza na categoria de avaliação por pares. Por certo, ser um pesquisador cego não é condição necessária nem suficiente para ser um bom avaliador de pesquisas na área de deficiência visual. De todo modo, trata-se aqui de um caso limite, pois, enquanto pessoas cegas, os pesquisadores avaliadores ocupavam também, de certa forma, uma posição *suis generis*, posto que interessada, o que se revelou extremamente interessante para nós. No primeiro desses casos, apresentamos nossa pesquisa sobre audiodescrição de filmes para uma professora de comunicação e semiótica que é cega. O texto defendia uma posição na contramão da tendência que vinha sendo assumida no Brasil, com ênfase na suposta neutralidade objetiva da audiodescrição. Baseados numa investigação com pessoas cegas, na qual boa parte delas tinha pouco ou nenhum contato com o cinema, defendíamos que a audiodescrição deveria entrar em sintonia afetiva com o filme, recusando a ideia de uma suposta neutralidade. A audiodescrição exigia cuidado e não poderia ser feita cometendo os erros grosseiros que notávamos nos poucos e incipientes trabalhos existentes no cinema e na TV brasileira. Nossa avaliadora apresentou sérias críticas às ideias que defendíamos. Entre outras críticas, colocou-nos a par de uma longa luta travada com as emissoras brasileiras de TV, sobretudo a TV Globo, que vinham tentando, com todas as forças, criar obstáculos ao forte movimento das pessoas cegas pela implantação da audiodescrição em larga escala. Colocando o problema da qualidade em primeiro plano, exigindo o máximo de cuidado e muita sutileza, estaríamos fazendo uma análise meramente cognitiva, desconsiderando os importantes vetores políticos e econômicos que cercavam o problema. De modo inadvertido, um texto como o nosso poderia ser usado como justificativa “científica” para os sucessivos adiamentos da ampliação democrática da audiodescrição. Tal avaliação, que nos levou a incluir tais vetores em nossa argumentação, acabou por dar mais consistência à pesquisa que desenvolvemos. Num segundo caso, apresentamos nosso trabalho sobre sonhos de pessoas cegas congênitas e precoces a um linguista cego, que trabalha com análise do discurso de pessoas cegas e videntes. Lendo o texto que falava sobre imagens táteis distais, que são descritas pelas pessoas cegas como próximas do que elas imaginam ser a visão, o avaliador afirmou que o texto era muito forte e interessante. Ele havia lhe permitido compreender uma série de experiências que tinha cotidianamente, mas que nunca havia sido capaz de entender.³

3. A PESQUISA-INTERVENÇÃO E A PRODUÇÃO DE EFEITOS

No caso da pesquisa cartográfica, o acento está colocado no seu caráter participativo e de intervenção (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2009b), sendo privilegiado menos o que iguala do que o que difere na relação entre as abordagens teóricas acerca de um mesmo fenômeno; entre as expectativas do pesquisador e as resistências do seu objeto (recalcitrância); entre as posições do fenômeno ao longo do processo de pesquisa. Isso significa que essa metodologia

está comprometida com a transformação tanto de seu “campo de análise” quanto de seu “campo de intervenção” – para usarmos aqui a distinção proposta pela socioanálise de R. Lourau (2004a).

A validação de uma pesquisa cartográfica deve incluir a avaliação dos efeitos produzidos pela intervenção nos três níveis da autoavaliação, da avaliação dos participantes e, por fim, da avaliação por pares. Não que se espere que a pesquisa seja válida apenas se forem positivos os efeitos da intervenção que ela faz sobre a realidade investigada. O importante é que, na validação, possamos avaliar, nos três níveis, os processos disparados e as transformações geradas.

Num exemplo atual, definimos indicadores de avaliação com abordagem participativa na pesquisa de validação de um dispositivo de Gestão Autônoma de Medicação (GAM) no campo da saúde mental. Nesse processo de validação de um dispositivo de saúde mental, não podemos excluir a avaliação dos efeitos gerados nas diferentes redes implicadas na pesquisa: rede de serviços de saúde mental, redes de trabalhadores (as equipes dos serviços de atenção psicossocial), rede social (os usuários e seus familiares). Depois de traduzir e adaptar à realidade brasileira o Guia Pessoal de Gestão Autônoma da Medicação (GGAM), instrumento canadense voltado à ampliação da autonomia de usuários de saúde mental na utilização de psicofármacos, a pesquisa manteve sua metodologia de avaliação coletiva e inclusiva para validar o GGAM-BR.

No Brasil, a estratégia GAM tem sido efetuada em dispositivos grupais em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com a participação de pesquisadores, usuários, familiares e trabalhadores de saúde mental. O grupo é o meio de criação de condições para o compartilhamento e a cogestão da experiência da medicação. O manejo cogestivo na GAM visa à contração da grupalidade como condição para a ampliação da autonomia do grupo, possibilitando o exercício da cidadania e o aumento do poder contratual dos usuários no que diz respeito ao tratamento medicamentoso. Na validação do GGAM-BR, analisamos os diferentes efeitos promovidos pela atuação do dispositivo (uso do guia e sua sintonia com o manejo cogestivo), seja tais efeitos o recrudescimento de automatismos institucionais e da heteronomia (redes frias), ou a dissolução destes e a liberação de movimentos autônomos e coletivos, implicados com o cuidado compartilhado da medicação como experiência que a todos atravessa (redes quentes). A dinâmica das redes (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2001) disparadas ou transformadas pela pesquisa é um importante parâmetro para a validação.

Como realizar uma validação participativa? É preciso incluir os grupos de interesse nesse processo. A validação é participativa porque inclui e produz o protagonismo dos participantes. Afirmar esse protagonismo não significa, por outro lado, recusar a importância do ponto de vista dos pesquisadores universitários que formularam o projeto de investigação. A validação da pesquisa deve contar também com uma dimensão de autoavaliação daqueles que estão encarregados inicialmente pela pesquisa. A autoavaliação na pesquisa GAM pressupõe a habilidade dos pesquisadores de fazerem um mergulho na experiência de cogestão da medicação com os trabalhadores, familiares e usuários do CAPS. Esse mergulho se fez em um dis-

positivo específico de discussão supervisionada da experiência dos pesquisadores no campo. Na supervisão avaliamos o processo avaliativo considerando a experiência daqueles pesquisadores que estão engajados no trabalho de campo.

Por fim, a validação dessa pesquisa pela avaliação por pares. Entendemos por “par” não especificamente aquele que é perito, alguém que está à par da metodologia cartográfica. É a posição ética do avaliador que faz dele um par: sua habilidade em acompanhar processos de pesquisa nas diferentes etapas da investigação e, sobretudo, sua sensibilidade para avaliar os efeitos ético-políticos da investigação. O par deve fazer a avaliação ético-política dos efeitos da pesquisa, ajudando a responder à pergunta: que mundo tal pesquisa está ajudando a construir? Essa discussão sobre a avaliação por par deve nos ajudar a pensar nossa própria posição de avaliadores e não só a de avaliados.

Validar uma pesquisa cartográfica pressupõe, então, poder responder às perguntas: Que efeitos institucionais são produzidos pela pesquisa? Quais foram as articulações geradas e que dinâmicas de rede foram acionadas? As redes implicadas na pesquisa se aqueceram ou se esfriaram? Que reposicionamentos subjetivos podem ser identificados no processo da investigação? Houve aumento ou diminuição do coeficiente de transversalidade intra e intergrupos? Que novos problemas advieram da pesquisa? Como os pesquisadores mergulharam na experiência da investigação? Como os participantes se corresponsabilizaram pela pesquisa e pela sua validação?

UMA VALIDAÇÃO DISTRIBUÍDA

Procurando se afastar de uma concepção de validação por correspondência, o método da cartografia indica o caminho da avaliação contínua e distribuída. Além de atravessar todos os momentos da pesquisa, a avaliação se amplia ao distribuir a *expertise* da avaliação por pesquisadores, pesquisados e pares. A validação é distribuída porque se realiza em três níveis que devem estar integrados sem privilégio de um sobre os outros. Consequentemente, o trabalho de validação se desenvolve desde o momento de inclusão dos participantes da pesquisa, acompanhando todo o percurso da investigação. Não é só ao final da pesquisa que fazemos sua validação. Sugerimos, ainda, que o acesso à experiência concreta, a consistência e os efeitos que são produzidos são indicadores de uma boa prática cartográfica. Tais indicadores não constituem uma lista fechada, mas se encontram, eles mesmos, sujeitos à validação. Nesse momento eles encontram seu sentido por nos forçarem a pensar sobre o rigor. Rigor que sempre nos desafia como algo que devemos perseguir em nossas pesquisas, que não se querem neutras, mas assumem seu papel ético e político de produção de mundos. É preciso lembrar também que as ideias aqui apresentadas jamais devem servir como regras a seguir. Se a validação tem sua importância, a experimentação e a invenção são também marcas irredutíveis de toda e qualquer cartografia que se queira rigorosa. Ressaltar a importância da experimentação na pesquisa não é dar ao termo o sentido de uma etapa a ser ultrapassada, tão logo o conhecimento metodológico se desenvolva e se aperfeiçoe. Tampouco significa meramente valorizar aquilo que

escapa das tendências hegemônicas e majoritárias do meio científico. A dimensão de experimentação e invenção ganha o sentido mais potente da permanente abertura de um campo de possíveis, ou seja, de uma imprevisibilidade do trabalho de pesquisa e de pensamento que não deve ser evitada, mas acolhida com cuidado e atenção. Tal imprevisibilidade, muitas vezes difícil de acatar, mas que é uma marca do trabalho com a cartografia, não é estranha à validação. Experimentemos com os indicadores, esse é o convite desse texto.

NOTAS

¹Na pesquisa cartográfica utilizamos a noção de “objeto” a contrapelo do sentido etimológico da palavra: do latim *objectus*, “ação de por diante”. Tomamos o objeto de uma pesquisa não como aquilo que se põe tal como um obstáculo ou uma barreira à nossa frente, e que deve, por isso mesmo, ser dominado, controlado. Diferentemente, aproximamos essa noção daquela de sujeito, que etimologicamente se diz do que está ao lado (do latim *subjectus*, “vizinho”, “próximo”, “limitrofe”). O objeto da pesquisa cartográfica, seja ele humano ou não humano, deve ser tomado na sua vizinhança. Estar ao lado do objeto e interessar-se pelas suas adjacências é a atitude do cartógrafo. O objeto assume o seu protagonismo e perde seu anonimato. Na pesquisa cartográfica estamos tratando de processos de produção de si e do mundo. Nesse sentido, embora muitas pesquisas dêem ênfase ao processo de produção de subjetividade, sabemos que esse não pode estar desatrelado do processo de produção de coisas (objetos). Trata-se, na verdade, de uma rede heterogênea de produção e que B. Latour designou de ator-rede.

²Em sua crítica ao modelo da representação, Varela, Thompson e Rosch (2003) distinguem dois sentidos de representação, o que designam de sentido forte e fraco. No sentido forte a representação está ligada a fundamentos epistemológicos e a uma ontologia realista. Já no sentido fraco, a representação é tomada de modo apenas pragmático. A crítica ao modelo da representação dirige-se, sobretudo, ao sentido forte de representação.

³Agradecemos a Joana Belarmino e Bertrand Verine pela importante contribuição aos textos “Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural” (DAVID; HAUTEQUESTT; KASTRUP, 2012) e “Será que cegos sonham? O caso das imagens táteis distais” (KASTRUP, no prelo).

REFERÊNCIAS

BENEVIDES DE BARROS, R. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina / UFRGS, 2007.

BERGSON, H. O pensamento e o movente (Introdução) In: _____. *Opensamento e o movente: ensaios e conferências*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 3-102.

CAMPOS, R. O. et al. *Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. Campinas: Hucitec, 2008.

DAVID, J.; HAUTEQUESTT, F.; KASTRUP, V. Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 125-142, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/613/637>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. *Le bergsonisme*. Paris: PUF, 1991.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995. v. 1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 5.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

EIRADO, A. et al. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 84-94, 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, F. Transversalidade. In: _____. *Psicanálise e transversalidade*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004. p. 101-118.

KASTRUP, V. Flutuações da atenção no processo de criação. In: LECERF, E.; BORBA, S.; KOHAN, W. (Org.). *Imagens da imanência: escritos em memória de H. Bergson*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 59-71.

KASTRUP, V. O lado de dentro da experiência: atenção a si mesmo e produção de subjetividade numa oficina de cerâmica para pessoas com deficiência visual adquirida. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 28, n. 1, p. 186-199, 2008.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-51.

KASTRUP, V. Será que cegos sonham? O caso das imagens táteis distais. *Revista Psicologia em Estudos*. No prelo.

KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Afrontamento, 2007. p. 40-61.

LOURAU, R. Quelques approches de l'implication: genèse du concept d'implication. *Pour*, Toulouse, n. 88, p. 14-18, mars/avril, 1988.

LOURAU, R. Implicação: um novo paradigma. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004a. p. 246-258.

LOURAU, R. Implicação-Transdução. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004b. p. 212-223.

MATURANA, H. Biology of cognition In: _____. *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Dordrecht: D. Reidel, 1980. p. 4-58.

MATURANA, H.; VARELA, F. *Autonomie e connaissance: essai sur le vivant*. Paris: Seuil, 1989.

MATURANA, H.; VARELA, F. *El arbol del conocimiento: las bases biológicas del conocimiento humano*. Madrid: Debate, 1990.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009a. p. 151-172.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009b. p. 17-31.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 89-99, 2001.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 110-131.

PETITMENGIN, C.; BITBOL, M. The validity of First-Person descriptions as authenticity and coherence. *Journal of Consciousness Studies*, [S.l.], v. 16, n. 11-12, p. 363-404, 2009. Disponível em: <http://michel.bitbol.pagesperso-orange.fr/JCS_Introspection.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013

RENAULT, L; PASSOS, E; EIRADO, A. Da entrevista de explicitação à entrevista na pesquisa cartográfica. In: AMADOR, F. S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T. M. G. (Org.). *Clínicas do trabalho e paradigma estético*. Porto Alegre: UFRGS. No prelo.

SIMONDON, G. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *A mente incorporada*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VARELA, F.; SHEAR, J. *The view from within: first person approaches to the study of consciousness*. Thorverton: Imprint Academic, 2002.

VERMERSCH, P. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Moulineaux: ESF, 2000.

Recebido em: 05 de maio de 2013

Aceito em: 10 de julho de 2013

